

A ESCOLA E A DESIGUALDADE SOCIAL

Vitória Mota de Oliveira

O ciclo da pobreza é hereditário no Brasil. Atualmente, nosso país é o sétimo mais desigual do mundo, muita gente sem nada e poucas pessoas com muito. Se o sujeito nasce pobre, a probabilidade de ele vir a morrer pobre é muito alta. A desigualdade social que vivenciamos no país está relacionada também com diferentes formas de discriminação que perpetuamos no nosso convívio social como, por exemplo, o racismo.

Para romper esse ciclo nos foi ensinado que quanto mais estudássemos, maiores seriam nossas chances de ascensão profissional, econômica e social, mas na realidade vemos uma série de pessoas com diplomas que estão desempregadas ou vivendo em condições miseráveis (TUNES, 2011). Então, como romper com o ciclo da desigualdade se muitos também não tem sequer a chance de frequentar as escolas? Será que a escola, que é prometida como uma forma de ascensão social, contribui grandemente para a discriminação que vivenciamos em nosso país e também contribui para a desigualdade social presente?

A nossa sociedade é escolarizada, tanto os pobres quanto os ricos dependem de instituições escolares para definirem o que é legítimo e o que não é, para definirem a visão de mundo que devem seguir (ILLICH, 1970). Socialmente, nos é exigida certificação como prova de conhecimento. O saber adquirido na escola é sempre mais reconhecido do que outros tipos de saberes, o conhecimento que o ser humano adquiriu com familiares não possui a mesma validação do que o de um aluno que frequentou Harvard, por exemplo.

A ideia liberal de que todos têm condições para alcançar seus objetivos, cabendo apenas se esforçar, é um discurso reforçado por algumas falas como “eu conheço um negro que estudava oito horas todos os dias e passou em medicina na universidade federal”. Esse tipo de discurso nos leva à ideia de que, se o sujeito quiser, basta o esforço para que consiga. Esse argumento é errôneo, pois a única forma do saber reconhecido, que é legitimado em nossa sociedade, é a escolar e isso se configura como um monopólio radical. Tem-se o monopólio radical, descrito por Illich, quando se tira a liberdade de escolha da pessoa e o homem se vê limitado àquilo que se oferece no mercado (como o saber escolarizado). A exclusão social acontece quando o sujeito não consegue arcar com as despesas que o monopólio radical exige, o que limita a vida do sujeito, tornando-o um sobrevivente (TUNES, 2011). Porém, até mesmo o possível pertencimento à condição de sobrevivente, nesse caso, diz respeito a uma minoria da sociedade. Grande parte da população já foi excluída da ascensão pessoal, pois as pessoas não

têm condições de se dedicar tanto tempo aos estudos pela necessidade de trabalhar, para ter o que comer em casa ou, simplesmente, por não conseguir arcar com os custos financeiros que os estudos exigem. Por isso, falar em meritocracia é falar em injustiça social, enquanto uns possuem a oportunidade de estudar, outros devem escolher entre estudar ou passar fome.

Atualmente, com o cenário da pandemia, essa desigualdade de oportunidades em relação ao ensino tem sido apresentada de forma mais transparente. Muitas escolas particulares estão praticando aulas a distância, já muitas escolas públicas resistem ao ensino remoto. É justo que as escolas públicas não estejam fornecendo aulas remotas, pois muitos alunos não possuem computador em casa ou sequer internet. Mas a injustiça se estabelece mantendo a prova do ENEM, em que só aqueles que possuem renda terão melhores condições de passar. Isso já acontecia antes, mas agora fica ainda mais nítido. A UnB adotou a prática on-line para o próximo semestre (2º/2020). Todavia, para isso, utilizaram uma pesquisa on-line, em que o aluno respondia pelo celular se tinha computador e internet em casa. Com os dados da pesquisa, chegaram à conclusão de que os alunos tinham condições de executar o semestre por meio do ensino a distância (EaD).

A leitura do texto de Tunes (2011) nos leva a perceber que a escola contribui com a desigualdade social, pois se você não a frequenta você é excluído, sua qualidade de vida se torna automaticamente debilitada. Não há outra forma de ascensão pessoal sem ser por meio da escola. Quando a escola está configurada como um monopólio radical, muitas pessoas são excluídas até mesmo do mundo do trabalho, permanecendo em subempregos pelo resto da vida, pois não possuem condições financeiras de sustentar a escolarização. O sistema educacional se organiza para excluir os que não tem possibilidade de atingir o que foi estabelecido, em que é velado o sentimento de rejeição contra tudo que é diferente.

Ainda que todas as escolas ensinassem o mesmo conteúdo, proporcionando as mesmas oportunidades de ensino, teríamos desigualdade social, pois não existiriam as mesmas oportunidades educacionais. Uma criança rica pode ter diversos livros em casa, pode viajar para ver na prática aquilo que aprendeu. Já a criança pobre, provavelmente fora da escola, terá que lidar com outros tipos de demandas dentro de casa e na rua (ILLICH, 1970).

A tese de doutorado de Mundim Neto (2017) analisa o falseamento dos valores humanistas na educação brasileira. Um dos exemplos desse falseamento está no fato de que as leis que tratam da educação e que buscam assegurar o acesso e a permanência nas escolas, bem como uma educação com qualidade para todos, não se efetivam. A educação em nosso país se sustenta em um discurso humanista, mas o que vemos na realidade é uma deturpação desse humanismo, pois esses valores não são realizados e ainda são falseados, uma vez que são

realizadas diversas ações que divergem dos valores humanistas. Como exemplo, pode-se considerar a situação apresentada neste texto, a de se manter as provas do ENEM e as aulas na UnB no período da pandemia causada pelo Sars-CoV-2.

A sociedade tal como a conhecemos precisa ser desescolarizada. Enquanto o saber escolar for o único que possui confiabilidade, os pobres continuarão sendo impotentes diante do cenário da institucionalização da educação. A existência desse tipo de instituição escolar desencoraja e descapacita o sujeito a assumir o controle da própria aprendizagem. As escolas são estruturadas de forma que a desvantagem se mantém, existem currículos especiais, classes separadas para os mais estudiosos, aulas mais longas, etc. Isso gera mais discriminação, pois alguns não conseguem se inserir nesse sistema, além de ter um custo maior para manter esse tipo de atividade (ILLICH, 1970). Quando outras formas de saber forem reconhecidas em seu valor social tanto quanto o escolarizado, haverá chances de uma sociedade com menos desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ILLICH, I.. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis, Vozes, 1970, pp. 16-55.

MUNDIM NETO, J. F.. A crise da educação contemporânea e a escola: o que paira sobre o chão que pisamos?, Tese (Doutorado e, Educação)- Universidade de Brasília. Brasília, 2017..

TUNES, E.; PEDROZA, L.P.. O silêncio ou a profanação do outro. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, v. 9, p. 16-24, 2007